

 <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v7n3a2025.70>

Evolução histórica das taxas de incidência de violência contra a criança no estado de São Paulo entre os anos de 2013 e 2023

Augusto Lopes Moreira¹; Catherine Carvalho Leone¹; Julia Ramos Rodrigues¹; Júlia Siqueira Stella¹; Manoela Braguim da Silva¹; Soraya Duarte Varella².

INTRODUÇÃO

A violência configura-se como uma grave violação dos direitos à vida e à saúde da criança e de sua família. Entre todas as formas, a violência contra a infância é particularmente inaceitável, dada a condição de vulnerabilidade e dependência inerente à fase do desenvolvimento infantil. A exposição a agressões físicas, sexuais, psicológicas, bem como à negligência e ao abandono — especialmente nos primeiros anos de vida — compromete o desenvolvimento integral da criança, com efeitos duradouros nas esferas emocional, social, psicológica e cognitiva (Portal Infância Segura, 2025).

Estima-se que cerca de 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorram no ambiente doméstico, perpetrados por membros da própria família, como pais, tios ou cônjuges dos genitores (Brasil, 2021). As notificações de violência revelam padrões distintos conforme o gênero: a violência física e a negligência afetam majoritariamente os meninos, enquanto a violência sexual é mais comum entre meninas (Nunes; Sales, 2016). Em ambos os casos, os agressores são, em sua maioria, homens adultos, conhecidos da vítima. Padrastos são os principais autores de violência sexual contra meninas, seguidos por desconhecidos e parceiros

¹Acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: augusto.lopes2462@hotmail.com

²Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: soraya.varella@baraodemaua.br

afetivos. No caso dos meninos, os agressores geralmente são pessoas conhecidas, mas sem vínculo familiar direto (Ferraz; Veloso; Cabral, 2021).

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar a evolução histórica das taxas de incidência de violência contra crianças no estado de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2023, de forma geral e estratificada por gênero.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, com base em dados secundários extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponível na plataforma DATASUS do Ministério da Saúde. A população analisada compreende crianças de 0 a 14 anos residentes no estado de São Paulo, categorizadas por gênero (masculino e feminino), no período de 2013 a 2023.

Os dados foram extraídos por meio da ferramenta Tabnet e organizados em planilhas do Microsoft Excel. Foram geradas tabelas com a frequência dos casos notificados de violência contra crianças, considerando o total geral e por gênero. A análise das taxas de incidência (casos por 10.000 habitantes) foi realizada utilizando a população infantil estimada como denominador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se um aumento expressivo nos casos ao longo da série histórica da violência contra crianças no estado de São Paulo entre 2013 e 2023. A taxa de incidência de violência contra criança no geral subiu de 8,13 em 2013 para 34,09 casos/10.000 crianças em 2023. Ao desagregar por gênero, verificou-se que as meninas apresentaram coeficientes sistematicamente mais altos: de 10,26 em 2013 para 46,28 casos/10.000 crianças do gênero feminino em 2023. As medidas descritivas para o grupo feminino apontaram uma média de 21,95 e mediana de 21,00, indicando tendência central estável, embora crescente. Já os meninos apresentaram um aumento de 6,00 para 22,46 casos/10.000 crianças do gênero masculino no mesmo período. As medidas descritivas para o gênero masculino apontaram uma

média de 11,89, com mediana de 13,03, revelando também aumento, porém menos acentuado e mais homogêneo ao longo do tempo. Essa tendência reforça a compreensão de que o fenômeno da violência infantil é multifacetado e marcado por profundas desigualdades estruturais, especialmente de gênero. Segundo Minayo (2014), a violência contra crianças e adolescentes não é um evento isolado, mas parte de um contexto de vulnerabilidade social, em que fatores como desigualdade, pobreza e discriminação tornam meninas particularmente mais expostas a abusos e negligência. Segundo Deslandes e Campos (2020), meninas são mais frequentemente vítimas de violência sexual, psicológica e doméstica, enquanto os meninos tendem a estar mais expostos à violência urbana e institucional.

Destaca-se, ainda, o crescimento acentuado das taxas de incidência de violência contra a criança, geral e por gênero, a partir de 2016, com queda apenas em 2020, possivelmente relacionada à subnotificação durante a pandemia da COVID-19. Essa queda pode estar relacionada aos efeitos da pandemia de COVID-19, que impôs o isolamento social e dificultou a identificação e notificação de casos, uma vez que a escola e os serviços de saúde – principais canais de denúncia – estiveram parcialmente interrompidos. Conforme alertam Silva *et al.* (2021), a pandemia acentuou o silenciamento institucional da violência, criando um cenário de invisibilidade para muitas vítimas.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo demonstrar a evolução histórica da violência contra crianças, a partir do gênero, no estado de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2023. Os resultados indicam um aumento significativo da violência infantil de forma generalizada. No que diz respeito ao gênero, houve também um aumento significativo da violência em ambos os sexos, sendo o feminino o mais afetado. Além disso, observa-se uma queda nos registros de casos no ano de 2020. Tal diminuição, entretanto, não representa necessariamente uma redução real da violência, mas retrata uma subnotificação decorrente das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19.

Diante desse contexto, é fundamental fortalecer os mecanismos de proteção social e os serviços de saúde, educação e assistência social, além de ampliar as estratégias de vigilância e notificação, com atenção especial às desigualdades de gênero que atravessam as vivências infantis.

Conflito de Interesses: os autores não têm conflitos de interesse a divulgar.

Palavras-chave: violência contra a criança, negligência, ECA

REFERÊNCIAS

DESLANDES, S. F.; CAMPOS, D. N. Violência contra crianças e adolescentes: características das vítimas e dos serviços de notificação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1367–1376, 2020.

FERRAZ, M. M. P.; VELOSO, M. M. X.; CABRAL, I. R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. **Desidades: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude**, n. 29, p. 1–20, jan./abr. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Violência estrutural: forma esquecida e silenciosa de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1231–1236, 2014. DOI:

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 871-880, mar. 2016.

SILVA, J.; SANTOS, M.; MARTINS, C. O impacto da pandemia de COVID-19 na notificação de violências contra crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, supl. 1, p. 299–304, 2021.